

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004679-89.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Custeio de Assistência Médica**
 Requerente: **SINDICATO RURAL DE SÃO CARLOS**
 Requerido: **Anderson Elber de Falco**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

SINDICATO RURAL DE SÃO CARLOS, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Sumário em face de ANDERSON ELBER DE FALCO, pedindo sua condenação ao pagamento da importância de R\$ 1.970,59, correspondente a mensalidades de convênio de assistência médica do qual é estipulante, em benefício dos associados.

Citado, o requerido contestou o pedido, aduzindo que não teve condições de pagar as mensalidades em dia e que no início de junho de 2013 recebeu aviso de cancelamento do convênio, pelo que indevidas as prestações subsequentes.

A tentativa de conciliação foi infrutífera.

Manifestou-se o autor, repelindo a contestação.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Referiu o contestante o recebimento de correspondência anunciando o cancelamento do plano de saúde, se não houvesse o pagamento das mensalidades subsequentes. Tal não significa, porém, que o plano efetivamente foi cancelado naquele mês, de junho de 2013, época da comunicação, o que efetivamente teria acontecido apenas em setembro, conforme disse o autor. Sucede que o documento juntado a fls. 85 alude mesmo o cancelamento do plano a partir do dia 10 de junho, se não fossem liquidadas as mensalidades em atraso. Nessa circunstância, é de se presumir que houve mesmo o cancelamento, não se mostrando jurídico o autor continuar lançando cobrança em desfavor do autor a partir de então. Afinal, ao remeter-lhe aviso que deixaria de figurar entre os beneficiários do plano, criou a expectativa de ruptura do vínculo, tanto para utilização do sistema quanto para a obrigação de pagar as contraprestações. E não houve prova de manutenção do vínculo, com a operadora do plano de saúde. Portanto, são devidas as duas mensalidades, vencidas em maio e junho de 2013, não as demais.

Diante do exposto, acolho em parte o pedido e condeno o réu a pagar para o autor a importância correspondente às mensalidades vencidas em 20 de maio e em 20 de junho de 2013, com correção monetária e juros moratórios desde cada vencimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Responderão as partes pelos honorários de seus patronos e pelas custas processuais em igualdade, observando-se quanto ao réu o benefício da Justiça Gratuita.

P.R.I.

São Carlos, 12 de agosto de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**